



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

---

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

TERRITÓRIOS DO CORPOESPAÇOTEMPO: QUEM PLANEJA?

**Adriana Gomes do Nascimento** (UFSJ) - [adrianan@ufs.edu.br](mailto:adrianan@ufs.edu.br)

*Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ, Doutora em Planejamento Urbano e Regional*

## Territórios do *CorpoEspaçoTempo*: Quem Planeja?

### Resumo

Para falar em território entendemos ser pertinente uma tentativa de dimensioná-lo, reposicionando a pergunta tema deste XIV Encontro, no sentido de trazer a questão do *corpo* face à noção de *campo*, e dada à pauta dos agentes, dos atores e das estratégias. Ao procurarmos situar espaço-temporalmente, como *diferentes* e *desiguais*, os corpos e suas posições trazemos à tona alguns dos sentidos, por vezes ocultos, outras esquecidos, tanto do *território* enquanto *corpo*, quanto do *corpo* como *espaço-tempo*. A pré-ocupação que assalta esse artigo propõe diálogos entre meios e sistemas, entre atores e agentes numa composição onde *estratégias* se assemelhem aos *projetos*, cujas etapas, teorias, e experiências não podem ser deixadas para trás.

## Territórios do *CorpoEspaçoTempo*: Quem Planeja?

Este artigo propõe-se a considerar sobre a noção de território a partir da vertente *corpo* presente-ausente nos debates teóricos de planejamento urbano e regional, e numa relação que se cruza com e *entre* o espaço e o tempo, interrogando-o a partir de outros olhares e pontos de vista.

Inicialmente expomos a categoria *mestiça* (verossimilhante à noção *híbrida*) de *corpoespaçotempo* numa referência ao mapeamento teórico-conceitual realizado em nossa tese de doutorado<sup>i</sup>, assim como às discussões realizadas pelo Grupo de Estudos: Territórios Urbanos e Políticas Culturais, dentro do qual desenvolvemos parcialmente nossa pesquisa, e aos seus desdobramentos, como o Seminário *Corpocidade*<sup>ii</sup>.

Se há uma conjunção categórica no título do trabalho, entendemos ser pertinente a sua disjunção para que então retomemos ao final a sua re-significação em relação ao território e à pergunta formulada pelo corpo teórico da ANPUR, reposicionada no título desse trabalho.

Cada um dos três itens que compõem o conceito mestiço ora em questão aparece ao longo do texto separadamente com o subtítulo entre parênteses: (*corpo*), (*espaço*) e (*tempo*), de modo semelhante como construído em nossa tese, cujo recorte específica e ao mesmo tempo reitera não apenas uma suspeição conceitual, mas também a interpretação que deles apreendemos.

Há, portanto um olhar parcial que se deseja amplo, já que não total, e uma tentativa multidimensional, onde *corpoespaçotempo* remete a um sistema dinâmico, móvel e movente, assim como o *corpo*. O espaço considerado simultaneamente como lugar e como território, por pertencimento a uma mesma *família de conceitos*<sup>iii</sup>, ao ser conjugado com o tempo traz à tona tanto a dimensão do temporal, quanto da temporariedade (permanente e também transitória).

Se Urbanismo é uma disciplina moderna (ARGAN, 2005, p. 240 [1984]), o planejamento urbano também é. Nas teorias urbanas desde o século XIX a relação campo-cidade, ou rural-urbano surge não apenas como questão, mas também como processo em construção. Se o mundo ocidental, e em especial o Brasil das últimas décadas cresceu demográfica e territorialmente, e conurbou-se em direção às cidades e como metrópole, ser rural nesse mundo que se tornou urbano traz como conseqüências *disritmias* inevitáveis entre sentidos, usos, apropriações e como resultado confusões e desentendimento sobre responsabilidades e considerações a respeito de direitos e deveres – onde questões como para que, para quem e porque nem sempre surgem como referenciais de posicionamento.

Ao pensarmos o planejamento como uma *disciplina* em construção o consideramos também como um princípio em formação e ao mesmo tempo formador, como se supõe numa relação entre ensino e aprendizagem, que dependendo do como possa ser elaborada posiciona distância e movimento que varia entre o cuidar e o violar, e pode conduzir em resultados totalmente opostos. E, nesse sentido a leitura que propomos do planejamento parte de uma ruptura epistemológica em relação aos seus limites, e ao que pode e/ou não pode o planejamento e, ainda sobre a dimensão da *participação* nesse processo. Se a participação deve acontecer, então é necessário ouvir e não apenas doutrinar.

De modo semelhante indagamos as noções e sentidos referentes e referidos ao território, ampliando a inquietação e algumas inflexões em direção a quem, para que e onde estaria o território e qual a sua escala ou seriam escalas? A forma território nesse sentido é algo que existe, é algo a ser criado, reconhecido, construído, edificado, desconstruído ou não, dado o princípio da liberdade de escolha como fundamento da *condição humana*<sup>iv</sup>?

### **(corpo)**

De qual corpo tratamos neste ensaio? Ao traçarmos algumas linhas de orientação sobre a posição em que nos encontramos no ocidente, no mundo e na América Latina nos referimos ao corpo submetido a diversas tentativas disciplinatórias – letrado, iletrado, formado, informado, desinformado, catequizado, subserviente, sobrevivente, fugitivo, amoroso, tranqüilo, pacificado, sob violência (verbal, moral e por punições de todo tipo), judeu, protestante, budista, ateu, evangelizado, sincrético, inconfidente, coronelista, latifundiário, escravagista, libertário, e cuja estética varia da paralisia àquela da *ginga*<sup>v</sup> e não apenas num sentido formal, mas também espiritual<sup>vi</sup>.

Dizer desse corpo que parcialmente pertence e é pertencido, pois domesticado e disciplinado, ainda que não totalmente, é também tratar de um corpo não totalmente encerrado em “ordem e progresso”, que é também aflito, sedento e desejoso, sem necessariamente saber exatamente do que.

Na década de 1950, Hannah Arendt (1972 [1954]) ao escrever sobre a crise da cultura introduz o prefácio de seu livro – A Brecha entre o passado e o futuro dizendo: *Nossa herança não foi precedida de nenhum testamento*. Afirma a decadência humana que sem aspiração permite ser jogada ao vazio, dada a separação - por uma espessura triste, vide os resultados da II Guerra Mundial - entre a vida pessoal e o *mundo da realidade*.

Conflitos de toda ordem contribuem com a perda de referenciais, sobretudo quando o que resta são memórias que se apagam a todo tempo, e cuja expressão não cabe sequer em palavras. Das memórias dizemos da manutenção de reminiscências que estão muito mais para o sentido de cicatrizes de um corpo urbano que atravessa transformações e que, nem sempre, se preocupa em recontar histórias ou recuperar algo perdido, como o oferecido pelo sentido de reparação<sup>vii</sup>. Não se pode esquecer que a memória pode ser *variada*, *diferente* e também *desigual*.

Dizemos, pois das variações que diferentes e/ou desiguais aparentam como *modos* e/ou como *filosofias de vida* e de lutas cujas extremidades estariam *entre* o Ser e o Ter, e que expostos como conflitos, anseios e divergências, sobretudo ideológicas apresentam custos que muitas vezes podem não importar. Dicotomias como essas entre Ser e Ter postas ingênua ou estrategicamente como questões espirituais nem sempre possibilitam o diálogo.

E se há de tudo nesse corpo, até porque plural (corpos) e também múltiplo, e não apenas em condições desiguais, mas também com diferenças consideradas desigualmente, entendemos ainda que haja também uma distância entre o corpo-passivo e o corpo-ativo, entre o corpo afetuoso, educado e orientado - aquele da ação - e aqueles oprimidos, sob a violência, o abandono e a desestruturação, por intervalos e por vezes abismos. As relações existentes *entre a realidade das coisas* indicam aberturas sobre a dimensão de conceitos como *diferença* e *desigualdade* em direção a uma vertente de nuances que não necessariamente são ou estão regidas por uma mesma batuta.

E há também a *instrumentalização* ou os *usos sociais* de corpos diferentes e desiguais, por vezes considerados inertes. Henri-Pierre Jeudy (1999) na discussão sobre a instrumentalização da arte - ou do corpo artístico -, oferece excelente referência teórica a respeito do olhar atento que se deveria ter quanto às argumentações que sustentam certos discursos e ações com fins políticos. E dizemos ainda de certa ampliação desse debate ao nos referirmos à criança, ao adolescente, ao feminismo, à economia, à política, à financeirização da riqueza e também da pobreza.

Com relação ao corpo, naquilo que diz do gênero, se o voto fosse assim classificado, o feminino seria, por estatística, maioria. Mas esta seria a reiteração e a reificação de mais uma subdivisão classificatória. Seria essa mais uma luta a ser travada?

Remetemos aqui ao corpo da *saúde pública*, como referência para retomar a questão de gênero, especificando o *corpo materno* e a questão fundamental de se romper com círculos viciosos e índices abusivos<sup>viii</sup> especialmente no que diz respeito a

assuntos como a natalidade (desejada e/ou indesejada) e mesmo sobre os *modos* como essas decisões (aborto, parto normal e cesárea), acontecem no Brasil.

Outra questão pertinente em relação à temática aqui proposta diz da escala do corpo. Um corpo nunca é apenas sozinho, vive sob condições conjunturais, físicas, espaciais, estruturais, e também territoriais.

Há ainda as relações entre diferentes instâncias corporais (corpo coletivo, corpo social, corpo institucional, corpo público, corpo privado) cuja saída para o enfrentamento dos problemas gerados por *desigualdades* poderia ser advinda da criação de outras linguagens e através de enfrentamentos que tenham como base discussões interpretativas a respeito de papéis e funções sociais com base em *Direitos e Deveres Cívicos e Humanos*. Pois entendemos que estes estão *dados* sobretudo teoricamente.

Como praticar e orientar os corpos, sem doutriná-los? É isso o desejado?

A respeito das nomeações e/ou classificações Bourdieu (2002 [1989]) traz importantes contribuições ao dizer de um mundo categorizado e classificatório, nomeador e especificador, e oferece como alternativa a ruptura com as insígnias, de modo a permitir a existência de indeterminações. Ao tratarmos especificamente de Brasil e entendermos que determinados processos ainda estão em construção e que outros ainda nem foram edificados, há a possibilidade não apenas de ruptura, mas também a de permitir que processos em andamento sejam interpretados livremente - lidos, estruturados, construídos e também desconstruídos.

Como questionar livremente algumas posições de certos corpos - hierarquicamente providos de poder simbólico -, cujo papel seria o de permitir avanços e que, no entanto posicionam-se bloqueando ou criando entraves para o andamento e movimentos desejados e em construção?

Nesse sentido, o movimento realizado por alguns *Conselhos Tutelares* no Brasil vem sendo, na medida do possível, difundido<sup>ix</sup> e pode servir como parâmetro para pensarmos a questão do planejamento a partir de enfrentamentos de problemas reais (sociais, educacionais, econômicos), infra-estruturais, espaciais e territoriais, mas também com relação à capacitação e formação de atores e agentes, nesse caso, relacionados à questão da criança e do adolescente.

A capacitação-formação que vem ocorrendo em direção a essa *questão urbana*, e o Conselho Tutelar também a ela pertence, procura situar as transformações sociais, urbanas e infra-estruturais da realidade urbana e rediscutir papéis, posições, espaços e, sobretudo territórios a serem desvelados e reconduzidos, não apenas por aqueles corpos que os ocupam institucionalmente ou não, mas, sobretudo socialmente e que muitas vezes nem sequer o sabem legítimos.

A questão que se coloca não ocorre ingenuamente, mas sim referencia a dimensão continental brasileira, assim como a diversidade de corpos e noções como a territorial e que se escapam à *metrópole*, também aos sistemas *regionais*. Dizemos também do poder que ignorante de seu papel político e público tenta deslegitimar processos de mudança e transformação de condições precárias existentes.

Nesse sentido dizemos do papel territorial que o corpo institucional, sobretudo educacional, como *corpoterritório* - parte ou *extensão* - tem o dever de abranger. Assim territórios deveriam ser compostos, sobrepostos e entrecruzados, fortalecendo e empoderando outras escalas corporais, assim como desapropriando e retirando o poder de possíveis entraves ao envolvimento de partes fundamentais do processo de democratização, seja pelo não posicionamento ou pela impossibilidade de diálogos necessários e fundamentais.

### **(espaço)**

A questão que se apresenta ao espaço nesse texto é o de sua relação com o corpo, com o tempo e com o território. Deve-se considerar ainda a noção espacial como um constante processo de interpretação e transformação. O espaço sofreu ao longo dos últimos séculos, sobretudo no século XX suas maiores mudanças, sobretudo físicas, seja sob leis ou formas. O corpo em relação a essas mudanças também mudou. Se o espaço não acompanhou as mudanças, permaneceu inerte ou sem inovação em seus referenciais ou diante possibilidades espaciais.

O espaço ao qual nos referenciamos surge, portanto em sua configuração multidimensional, desde o discurso até a sua real existência material ou simbólica<sup>x</sup>, podendo ainda ser interpretado como intervalo e/ou interstício com referência a Karl Marx, e que segundo Nicolas Bourriaud (2001) procuram sugerir outras possibilidades e qualificação de comunidades de troca que escapam ao quadro da economia capitalista.

Na cidade a noção de espaço em geral se articula com outras noções não menos importantes: público e privado. Essas duas noções, ou seriam dimensões do espaço contribuem em muito para um diagnóstico a respeito de qualidades urbanas e sociais desejáveis e/ou indesejáveis na cidade. Dizem daquilo que há ou não há com relação à condição urbana e que podem contribuir para a melhoria da condição humana, tanto em relação ao *comum*, quanto a *propriedade*<sup>xi</sup>.

Como o dito anteriormente sobre as desigualdades e as diferenças, reiteramos seus sentidos às noções espaciais, pois como frutos de diferentes conteúdos *técnicos-científicos-informacionais* os espaços configuram lugares com distintas densidades,

mais ou menos ativos, que se se ocultam em essência, não o podem em sua existência (Santos, 1996) ainda que nem sempre visíveis a *olho nu*.

Dizemos ainda da dimensão *pública* do espaço a qual sem planejamento e sem referencial territorial contribui, sobretudo com as desigualdades.

A noção de *espaço público* ao se relacionar diretamente com o *corpo*, numa articulação com outras dimensões como as de *infra*, de *estrutura* e a dos *equipamentos públicos urbanos* permitem redefinir tanto o corpo, quanto o território. Quanto à noção de *espaço privado* não cabe aqui maiores explicações, já que relacionada ao corpo como propriedade ou negação.

Dadas as mudanças ocorridas e um leque infinito de possibilidades com relação ao espaço e suas transformações, perguntamos: como, porque e o que escolher em relação ao território?

## **(tempo)**

O *tempo* aqui remete à *lentidão* indicada por Milton Santos (1996) ou ainda à *paciência histórica* tantas vezes dita por Lúcio Costa. Ao nos referirmos a essas duas categorias temporais – *lentidão* e *paciência* -, também transitórias e temporárias, tendo em vista as discontinuidades e velocidades alternadas nelas permeadas, induzidas muitas vezes pela urgência. No entanto dizemos da espessura e da densidade da história da civilização humana, transformadora e transformada pelos corpos nelas presentes, e por isso mesmo – devido à urgência -, nem sempre respeitadas.

Se o urbanismo e o planejamento, como dito anteriormente são recentes historicamente, a *cidade contemporânea* deveria ser entendida como um embrião, independente de sua extensão ou escala. A noção de contemporaneidade aqui nada tem de atual ou de atualidade, mas sim de presente. A cidade hoje é uma ilustre desconhecida ao corpo cidadão, que nem sempre pode ser entendido como *cidadão*.

As distâncias temporais e espaciais que separam a ocupação urbana de sua real apropriação permitem dizer que o corpo inadaptado e/ou sem equipamentos adequados permanece desaparelhado.

A *vida urbana* espelha a diferença e a desigualdade construída e edificada ao longo do tempo.

Algumas imagens da cidade brasileira, marcada por diferentes tempos históricos: da modernidade e suas enormes cicatrizes, da urgência fruto da desigualdade e das cidades históricas e as tentativas de manutenção de usos e formas paralisadas, congeladas, espetacularizadas - todas instrumentalizadas - permitem ilustrar algumas tentativas *emancipatórias* dentro do longo processo de



urbanização nacional, e cujo objeto principal da cena urbana continua não sendo o corpo.

A temporalidade em comum ou congruente à maioria das imagens de cidades mencionadas poderia ser a do *impedimento*, fruto de impossibilidades e desconhecimento dos corpos em relação aos espaços e seus sentidos.

A questão cultural, nesse sentido, segundo Antonio Rubim (2008), seja como *política* ou *ação* teria como base três pilares temporais e estruturais na história nacional recente, ou desde os fins do século XIX: o da *ausência* (na mudança de regimes Império-República), o do *autoritarismo* (regimes ditatoriais) e o da *instabilidade* (política e econômica desde a redemocratização). A impossibilidade, assim como o desconhecimento não são, portanto, naturais ou podem ser banalizados.

Não se trata de selvageria, mas de impedimento aos/dos corpos de mudança de condição.

Cabe, talvez, pensar o planejamento e as estratégias como projeto<sup>xii</sup>, pois assim como a história ou a teoria, o que se requer é tempo.

## Considerações Finais

Como permitir que a *urgência* cegue ações com relação a conquistas e a decisões que levam enorme tempo para serem adquiridas?

A criação de espaços de diálogo deveria ser o mínimo esperado na/pela esfera pública. E não apenas de diálogo homogêneo, mas sim multidisciplinar, transversal, diagonal, horizontal e vertical. O espaço pode envolver dimensões múltiplas e só pode ser entendido a partir de premissas como essa, na qual o encontro entre os corpos seja real e não apenas possível. O espaço ao ser envolvido pela dimensão tempo, torna-se discurso. Com relação à questão espaço-temporal dizemos do *zeitgeist*, ou numa interpretação aproximada algo que diz do *espírito do tempo* ou *de/da época*.

Em diferentes campos, sociais, trabalhistas, disciplinares e institucionais a possibilidade do diálogo ser construído entre corpos e em um mesmo sentido, ainda que em direções adversas e somente pode se realizar caso haja abertura ao debate, e independente de haver ruptura epistemológica. Separações ou fragmentações e revisões estruturais de *campo* e de *corpo* inseridos no espaço e no tempo talvez possam ser apropriadas, desde que mantido o respeito à *diferença*.

Se ações de pacificação podem ser entendidas como ações estratégicas não podem ser entendidos como ações territoriais. Se em situações de Estado de Exceção não há espaço público, perguntamos: nem privado?

Estar refém de decisões alheias ao *estado das coisas* é também submeter-se a tomada de decisões incompletas que nem sempre sabem por que o são. Dizemos isso por constatações desastrosas em face de gestão pública, em alguns casos de cidades de pequeno e médio portes cuja desorientação assemelha-se com a ausência de projetos, de investimentos e de formação, em especial no que tange aos corpos públicos, já que com relação aos privados as decisões permanecem arbitrárias e parciais. Nesse sentido nos parece crucial, com relação às estratégias, a criação de uma série de debates públicos, em distintos âmbitos: municipal, regional, estadual e federal, no sentido criar sentidos e alcances sobre as dimensões territoriais.

Se o papel do *corpouniversitário* está estruturado sobre um triplo pilar: ensino, pesquisa e extensão, então as estratégias visíveis, no que tange a dimensão prático-teórica, estariam diretamente relacionadas à participação, inclusive naquilo que é dito nos instrumentos de lei. No caso, a criação de estratégias-projeto – onde, ainda assim, não estejam formuladas – poderiam direcionar-se à formação e à capacitação, via extensão.

O risco que se corre ao descartar essa possibilidade seria a de mais uma vez se pular etapas e/ou descartar conquistas pouco, nada ou mal incorporadas. Há que se avaliar os parâmetros alcançados, para que então se possa atingir outros patamares de discussão, de fato mais amplos e abrangentes, e mesmo inclusivos. A noção de território que desconsidera tais dimensões tende a permanecer impossibilitada da ação, pois sem escolha, sequer há alternativa.

Atuar e planejar nesse intervalo, em territórios *entre* modos deveria partir de movimentos não assistencialistas, sociais e/ou socializantes, mas a partir de linguagens cujo alcance seja o de permitir diálogos ainda não formulados ou *em construção*, cujas contribuições sejam a de outras interpretações, inclusive em direção a dissensos e conflitos absolutamente necessários.

Dialogar é também abrir-se ao debate, é saber escutar, acolher, receber, abraçar, experimentar outra situação que não seja a de apenas calar. Reclamar é ação e não deixa de ser um *modo de expressão*.

Talvez tenha chegado o momento no qual as negociações, intervenções, as trocas e quem sabe mediações devem estar abertas não apenas para a questão fundamental da ética, mas também da estética, sobretudo em relação ao afeto e à espiritualidade (sem confundí-la como crença). As questões do *juízo de valor* e da *crítica* advindas da filosofia talvez sejam indicativas, mas que por sabedoria, sozinhas

não podem julgar e ou criticar. Há de se ouvir o que diferentes corpos têm a dizer para que então diálogos, estratégias e projetos possam ocorrer.

## Referências

ARENDDT, Hannah. **La Crise de La Culture**. Paris: Gallimard, 1972 [1954].

\_\_\_\_\_ **A Condição Humana**. RJ: Forense Universitária, 2002 [1958].

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. SP: Martins Fontes, 2005.

BADIOU, Alan. **O Ser e o Evento**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996 [1988].

BOURRIAUD, Nicolas. **Esthétique Relationnelle**. Le Press Du Réel, 2001.

BUENO, Guilherme. **A Teoria como Projeto**: Argan, Greenberg e Hitchcock. RJ: Jorge Zahar Ed., 2007.

JEUDY, Henri-Pierre. **Les Usages Sociaux de L'Art**. Paris: Circé, 1999.

\_\_\_\_\_ **Reparar: uma nova ideologia cultural e política** IN **Corpos e Cenários Urbanos**, PPG-AU, EDUFBA, 2006 (p. 13-23).

NASCIMENTO, Adriana G. do. **(Arte) e (Cidade): Ação Cultural e Intervenção Efêmera**, Tese de Doutorado defendida no IPPUR-UFRJ, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito Capitalista**. SP: Editora Martin Claret, 2001 [1904-1905].

## Notas

---

<sup>i</sup> (arte) e (cidade): Ação Cultural e Intervenção Efêmera é o título da tese de doutorado desenvolvida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a orientação de Ana Clara Torres Ribeiro. Parte da pesquisa desenvolvida dentro do projeto de Cooperação Internacional CAPES-COFECUB Políticas Culturais e Territórios Urbanos coordenado por Paola Berenstein Jacques (UFBA) e Henri-Pierre Jeudy (CNRS). O arquivo digital encontra-se no sistema Minerva da UFRJ: <http://www.minerva.ufrj.br/>.

---

<sup>ii</sup> *Corpocidade* é o Seminário fruto da relação entre as Pós-Graduações em Arquitetura e em Dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que ocorre desde 2008 e cuja segunda edição aconteceu em novembro de 2010 nas cidades do Rio de Janeiro/ RJ e de Salvador/ BA.

<sup>iii</sup> Menção às aulas de Método oferecidas por Ana Clara Torres Ribeiro no Doutorado do IPPUR-UFRJ.

<sup>iv</sup> Extraídos de *A Condição Humana* por Hannah Arendt.

<sup>v</sup> Vide *Estética da Ginga* de Paola Berenstein Jacques.

<sup>vi</sup> Remetemos aqui à noção *weberiana* de espírito, sobretudo remetida às noções de ética e de capitalismo.

<sup>vii</sup> Henri Pierre Jeudy (2006, p. 13-14) em *Reparar: uma nova ideologia cultural e política* diz do objetivo restaurador de projetos e realizações da arquitetura, da arte e do paisagismo que ao intervir em cenários urbanos mais ou menos degradados, em ruínas, ou em vias de destruição adotam um papel *reparador* cujo sentido é muitas vezes o de promover a dimensão temporal de um passado presente através de uma projeção no futuro.

<sup>viii</sup> Com relação aos dados estatísticos do IBGE (entre 2000 e 2006), o percentual de cesáreas recomendado seria de 15%, no entanto o índice de referência nacional é de 26% do total de partos, sendo que em planos de saúde o índice vai a 80% de seu total.

<sup>ix</sup> A referência aqui diz do trabalho desenvolvido pela Conselheira Tutelar Maria do Carmo Lopes, na cidade de Pouso Alegre no sul de Minas Gerais e que tem atuado como consultora junto a outras prefeituras e conselhos, capacitando à atuação pública tanto de atores, quanto de agentes.

<sup>x</sup> Vide nossa tese de Doutorado outras tentativas dessa natureza.

<sup>xi</sup> Ainda em *A Condição Humana*, Hannah Arendt desenvolve, no segundo capítulo, algumas de suas idéias sobre as esferas pública e privada, e das quais aqui nos referenciamos (2002 [1958]).

<sup>xii</sup> Vide em *a Teoria como Projeto* de Guilherme Bueno, crítico e historiador da Arte, ao tratar de noções modernas do projeto.